

Comentários ao artigo da revista Visão sobre o herbicida glifosato

Original:

A GUERRA TÓXICA DO GLIFOSATO

<http://visao.sapo.pt/verde/2017-11-12-A-guerra-toxica-do-glifosato>

12.11.2017

LUÍS RIBEIRO

ORIGINAL

Quando a União Europeia se prepara para decidir se proíbe o glifosato, surgem os "Monsanto Papers" - documentos que revelam promiscuidades entre a gigante de biotecnologia Monsanto e os organismos que declararam o seu pesticida seguro. Por outro lado, a agência da ONU que o considerou "provavelmente cancerígeno" admitiu ter ignorado dados que podiam ter alterado essa classificação. Afinal, em quem podemos confiar?

COMENTÁRIOS

Desde o início o jornalista Luís Ribeiro parece ter um só objetivo: nivelar a Monsanto e os seus críticos de modo a que ninguém saia ileso. Ou seja, já que não há como negar as barbaridades que a Monsanto tem feito, vamos pelo menos mostrar que os outros também são tudo menos inocentes. Lembrem-se do massacre em Charlottesville, em que um nazi mandou o carro para cima dos contramanifestantes e matou uma pessoa? O presidente Trump comentou várias vezes: "Houve violência dos dois lados"¹ como forma nada subtil de desculpar os nazis. Aqui passa-se algo em tudo equivalente. Se no fim ficar provado que são todos maus, não é tão fácil escolher quem apoiar e também fica menos urgente.

Mas o primeiro preceito de um jornalista - a objetividade - tropeça logo nos primeiros degraus. Ao contrário do referido no intróito do artigo, a agência da ONU não "admitiu ter ignorado dados" que poderiam ter levado a outra conclusão sobre o glifosato. Na verdade, a agência (IARC - Agência Internacional de Investigação em Cancro) deu-se ao trabalho de desmentir expressamente² essa interpretação abusiva por parte de uma jornalista da Reuters.

Por outro lado Luís Ribeiro não parece saber, a julgar pelo primeiro

¹ <https://www.nytimes.com/2017/08/15/us/politics/trump-press-conference-charlottesville.html>

² http://www.iarc.fr/en/media-centre/iarcnews/pdf/IARC_Response_Reuters_October2017.pdf

ORIGINAL

COMENTÁRIOS

O avanço da Ciência nem sempre é linear. E no caso da avaliação da segurança do glifosato, aparentemente, quanto mais se descobre, menos se sabe. O último episódio da novela do pesticida mais usado no mundo é a divulgação de dezenas de milhares de páginas de documentos internos da Monsanto - um caso batizado de Monsanto Papers - que revelam ligações demasiado estreitas entre a multinacional de biotecnologia agrícola e algumas entidades que regulam o setor, lançando dúvidas sobre um processo que deveria ser exclusivamente científico. Por exemplo, num email de abril de 2015 agora revelado, um executivo da empresa cita um inusitado desabafo de Jess Rowland, figura de topo da Agência para a Proteção do Ambiente americana (EPA, no original): "Se conseguir matar isto, mereço uma medalha." "Isto" era uma investigação ao glifosato feito pela também americana Agência de Substâncias Tóxicas e Registo de Doenças.

Palavras insólitas - Rowland parecia estar mais a zelar pelos interesses comerciais da Monsanto, agindo como ponta de lança da empresa, do que pelo interesse público, como lhe competia enquanto funcionário de um organismo federal. O comentário de um diretor da Monsanto para os assuntos de regulação parece confirmar esta coincidência de interesses. "Não tenham grandes expectativas. Duvido que o Jess consiga matar isto", escreveu Dan Jenkins, num email para

parágrafo, que os "Monsanto Papers" vão para lá das relações corruptas entre a Monsanto e o governo federal americano. Também envolvem cientistas supostamente independentes³ que fizeram o jogo da empresa e foram pagos para isso, sabendo que o seu valor estava precisamente na sua aparente posição equilibrada. Isto desacredita toda a ciência, precisamente o conceito atrás do qual se refugiam todos os decisores políticos pró-glifosato, e Luís Ribeiro talvez tenha percebido que era melhor não levantar a lebre.

Este resumo dos "Monsanto Papers" descreve (corretamente) uma pequena fração do que eles contêm. É verdade que a Visão não pode incluir tudo. Mas quando o jornalista começa o texto a afirmar que quanto mais informação vem a lume, menos se sabe, está a concluir à partida que os documentos não vieram clarificar nada - e isso é mistificação que só interessa à Monsanto. De facto os Monsanto Papers vieram esclarecer um sem fim de relações perigosas sobre as quais até então só se podia especular. O próprio exemplo usado pelo jornalista, sobre os leais serviços prestados à Monsanto por um funcionário da EPA (~ ministério do ambiente) demonstram amplamente como a multinacional controla por dentro as investigações oficiais que lhe tocam - ao ponto de as liquidar antes de verem a luz do dia.

Porque é que custa ao jornalista Luís Ribeiro admitir que os Monsanto Papers vieram esclarecer imensas coisas? Talvez porque a Monsanto preferisse que ninguém nunca chegasse a conhecer estes detalhes sórdidos de corrupção ativa e generalizada. Os casos são americanos, mas alguém acredita que a Monsanto na UE se porta melhor? Acima de tudo estes documentos vieram confirmar que continua em vigor uma cultura de perversão moral ao mais alto nível da administração. Esta é a empresa que disse, num relatório interno de 1975 a respeito de uma linha de água em Anniston, Alabama que tinham poluído com

³ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2017-08-09/monsanto-was-its-own-ghostwriter-for-some-safety-reviews>

ORIGINAL	COMENTÁRIOS
<p>colegas seus.</p> <p>A Monsanto respondeu, entretanto, a estas revelações: sugeriu que a EPA estava apenas preocupada com a possibilidade de a Agência de Substâncias Tóxicas iniciar uma análise do zero, redundante, quando a própria EPA já estava numa fase muito adiantada do processo. Ou seja, os interesses da EPA e da Monsanto coincidem, sim, mas por razões distintas. Fosse por que razão fosse, a verdade é que o relatório toxicológico do glifosato dessa agência, que deveria ser publicado uns meses mais tarde, nunca saiu. Alguém matou "aquilo".</p>	<p>PCBs, "não podemos dar-nos ao luxo de perder um único dólar de lucro"... e vai daí alteraram as conclusões do relatório⁴ de "causa algum cancro" para "não causa cancro nenhum". Sugiro um novo slogan para o marketing: "Monsanto: a enganar o povo há mais de 40 anos".</p>
<p>A suposta perigosidade do glifosato é uma discussão antiga. Há estudos que apontam para um lado e estudos que apontam para o outro. A Monsanto, que patenteou a substância como herbicida em 1974, garante que quatro décadas de uso generalizado e centenas de investigações científicas atestam a sua inocuidade. A maioria dos organismos oficiais concorda. Mas alguns testes, sobretudo com animais de laboratório, têm efetivamente mostrado resultados opostos, dando o pesticida como possível ou provável causador de cancro, com o linfoma não Hodgkin à cabeça. Foi, aliás, essa a categoria que a Agência Internacional de Investigação em Cancro (IARC, sigla internacional) lhe atribuiu, em 2015: "provavelmente cancerígeno".</p> <p>A entidade, que faz parte da ONU, foi severamente atacada por investigadores e agências reguladoras, que puseram em causa os métodos utilizados. Além disso, o facto de a IARC já ter analisado cerca de mil substâncias ou atividades diferentes, incluindo comer carnes vermelhas e trabalhar como pintor ou num salão de beleza, e só ter definitivamente absolvido uma (crapolactama, um composto</p>	<p>Começando pelo fim, a Comissão Europeia não "tem de decidir se prorroga ou não a licença" do glifosato. A Comissão propõe uma decisão, mas quem vota são os Estados Membros. A diferença é grande! Só no fim de uma série de reuniões e votações é que poderá chegar ao ponto de a Comissão poder decidir sozinha. No entanto, precisamente para o caso do glifosato, Juncker já anunciou que a Comissão não pretende assumir sozinha⁵ o ónus político de autorizar o o químico controverso.</p> <p>No primeiro parágrafo o texto faz salada de alguns conceitos. Os estudos com animais permitiram à IARC (Agência Internacional de Investigação em Cancro) concluir que o glifosato CAUSA cancro. Aqui não houve dúvida, ao contrário do que consta na notícia (que fala em "possível ou provável causador de cancro" em animais de laboratório). Onde as evidências são limitadas é nos estudos em pessoas, e por isso é que o glifosato acabou apenas com a classificação de carcinógeno provável.</p> <p>Ao longo dos três parágrafos de texto transcritos acima o jornalista</p>

⁴ <https://www.opednews.com/articles/1/Monsanto-a-half-century-o-by-Soren-Seelow-Le-M-120325-363.html?p=1&f=Monsanto-a-half-century-o-by-Soren-Seelow-Le-M-120325-363.html>

⁵ http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-17-273_en.htm

ORIGINAL

aplicado na fibra de nylon), levou muitos críticos a desvalorizarem as conclusões. E, mais relevante, entretanto soube-se que a IARC poderia ter concluído que o glifosato não era cancerígeno se tivesse levado em conta um dos maiores e mais importantes estudos alguma vez feitos. Um estudo bem conhecido por quem classificou o glifosato - afinal, o líder dessa comissão é um dos seus autores principais.

E é precisamente no momento mais quente e confuso desta batalha de acusações que a Comissão Europeia tem de decidir se prorroga ou não a licença de uso do glifosato no território da União.

COMENTÁRIOS

escolhe várias palavras de forma pouco inocente. Quando se refere à perigosidade do glifosato fala em "suposto", que significa hipotético ou fictício. Já quando fala da perspectiva da Monsanto usa o verbo "garantir", que denota muito mais convicção e solidez. No segundo parágrafo diz-se que investigadores "atacaram severamente" a IARC que classificou o glifosato como carcinogénio provável. Dá a impressão que a IARC foi criticado pela comunidade científica em peso. O que ficou por dizer, porque não encaixa na narrativa, é que também houve um grande número de cientistas⁶ a apoiar a IARC e a sua conclusão. Falar nisto podia tornar a notícia mais equilibrada, mas já não ia permitir pintar mais à frente a IARC como extremista e pária da ciência. Também no parágrafo do meio é dito que "muitos críticos" desvalorizam as classificações do IARC. Mas quem são esses críticos? São dirigentes e cientistas da Monsanto, ou pagos por ela? Se assim for a crítica vale pouco, não é? E quantos são? Dez já faz muitos? E quantos têm a opinião oposta? A linguagem indefinida escolhida pelo jornalista é apenas uma maneira pouco velada de injetar no texto a sua própria opinião.

E quais são as grandes "provas" que Luís Ribeiro apresenta para desacreditar a IARC? No 2º parágrafo são duas. A primeira é que a IARC já classificou muitos químicos e só um é que ficou ilibado. Portanto o raciocínio vai mais ou menos assim: se encontraram tantos químicos a causar cancro, é porque estão enganados. Uma dedução brilhante! E errada, claro. O jornalista nem sequer acerta nos conceitos. Esse tal químico não está de facto ilibado definitivamente (a sua classificação é "provavelmente não causa cancro", o que deixa a porta aberta a que estudos com maior sensibilidade ou poder estatístico possam detetar a sua veia carcinogénica, se a tiver), e há outros 502 químicos que não foram classificados pela IARC⁷ (normalmente porque não existem estudos suficientes para chegar a

⁶ <http://jech.bmj.com/content/70/8/741>

⁷ <http://monographs.iarc.fr/ENG/Classification/index.php>

ORIGINAL**COMENTÁRIOS**

uma conclusão). E de resto sobram 500 químicos que, esses sim, a IARC classificou relativamente ao cancro. Relativamente aos cerca de 100 mil compostos químicos sintéticos que estão em circulação, será que dizer que 500 deles (0.5%) estão implicados em cancro é um exagero? Dificilmente. Afinal esta "prova" contra a IARC não prova nada.

A segunda prova é mais elaborada: a IARC terá ignorado um estudo que a teria levado a concluir que o glifosato afinal não causa cancro, estudo esse que envolvia o líder do grupo de trabalho na IARC (o Dr Aaron Blair). Mas isto tudo é mentira, ou pelo menos está altamente distorcido. Primeiro, a ciência nunca pode provar a ausência de alguma coisa. Não se pode fazer uma experiência e dizer que o produto não causa cancro. Se não se encontrar cancro nessa experiência o máximo que se pode afirmar é que, a haver cancro, ele não foi encontrado. Mas ninguém sabe se há ali ou não um cancro à espera de ser detetado (quando houver uma técnica melhor, por exemplo, ou mais animais no estudo para dar uma maior potência estatística). Portanto se no estudo "ignorado" não se encontrou cancro, isso não permite dizer que o glifosato é inócuo. Por outro lado os estudos que a IARC considerou permitiram detetar o efeito carcinogénico da exposição ao herbicida. Os estudos são sempre diferentes uns dos outros (tipos de animais, duração da exposição, dose do químico, etc, etc), por isso não é de admirar que uns não encontrem nada onde outros encontram alguma coisa. Resumindo, uma vez que havia estudos conclusivos a provar o cancro em animais, isso constitui prova positiva. Outros estudos com resultados negativos não "neutralizam" os positivos. Grosso modo, mil estudos onde não se deteta nada valem menos que um estudo onde se deteta o impacto negativo.

Mas a questão é que o Dr Blair nem escondeu estudo nenhum. O Agricultural Health Study (AHS), em que Blair participou, não tem ainda duração suficiente (ainda não fez 25 anos) para se saber que

ORIGINAL**COMENTÁRIOS**

cancros vão de facto aparecer naqueles agricultores. No caso do amianto a média é 30 a 45 anos⁸ entre a exposição e o aparecimento do cancro. No caso do Linfoma não Hodgkin nem se conhece esse valor temporal. Portanto, mais uma vez, mesmo que o AHS ainda não tenha encontrado nenhum efeito do glifosato, isso está longe de provar que esse efeito não existe. E porque é que o estudo não foi considerado pelo grupo de trabalho na IARC? Pela simples razão que não estava publicado. A IARC tem muito claro nas suas regras que só considera estudos publicados na literatura científica e acessíveis ao público.

Do ponto de vista europeu as coisas são ainda mais claras. O Regulamento 1272/2008 estabelece que, para classificar uma substância como carcinogénica, basta que dois estudos distintos em animais mostrem que os tumores aumentam após exposição a esse químico. Não é preciso provar que aparece cancro em pessoas (e portanto o AHS é irrelevante neste contexto). Uma vez que o IARC verificou que, sem qualquer dúvida, o glifosato causa cancro em animais, a Comissão Europeia tem o caminho traçado: tem de propor o fim do glifosato (ou quebrar a lei). A Comissão optou por quebrar a lei. Mas isto não aparece na notícia da Visão.

Os documentos internos que parecem atestar a proximidade entre a reguladora do Ambiente dos EUA e a Monsanto foram divulgados por ordem judicial, na sequência de um processo que opõe centenas de pessoas à multinacional, nos EUA, e que pedem indemnizações devido a problemas de saúde (incluindo cancro) alegadamente provocados pelo glifosato vendido com o nome comercial RoundUp. Este caso é, aliás, a principal razão pela qual a Monsanto tem lutado por provar que o pesticida não provoca cancro, e não tanto a possível proibição de uso na Europa - com a patente expirada, empresas chinesas

O trecho desta secção é o mais crítico da Monsanto & Co., mas mesmo assim contém artifícios de linguagem para suavizar o impacto. No primeiro parágrafo aparece a fantástica alegação de que o mercado europeu é menor e portanto se o glifosato não for reautorizado não vem daí grande mal à empresa. Financeiramente isso poderá ter alguma lógica, mas politicamente nada poderia estar mais longe da verdade. O argumento mais propalado pela Monsanto é que todas as autoridades oficiais são unânimes na sua absolvição do glifosato. Se um bloco com a visibilidade da União Europeia chumbar o glifosato é

⁸ <https://www.asbestos.com/mesothelioma/latency-period>

ORIGINAL

tornaram-se nas principais produtoras e fornecedoras do produto. Para a multinacional americana, o mercado da UE vale cerca de 80 milhões de euros. Uma insignificância, para uma companhia que está em processo de ser adquirida pela gigante Bayer por €56 mil milhões (€56 000 000 000). No Velho Continente, o que está a preocupar mais a empresa é o caso que chegou agora a tribunal de um menino francês de dez anos, com malformações congénitas, que a mãe atribui ao facto de ter utilizado Glyper, um genérico do RoundUp, quando se encontrava grávida.

Independentemente das razões da Monsanto, há mais sinais de promiscuidade. Como o que transparece em setembro de 2015, durante uma teleconferência sobre o glifosato entre especialistas de várias agências mundiais (incluindo a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar, EFSA). "Já falei sobre o glifosato com a EPA. Eles sentem que alinharam a EFSA durante a teleconferência", escreveu um quadro da empresa no dia seguinte à reunião. Não é clara a identidade do interlocutor da EPA, mas outro email volta a falar de Jess Rowland como aliado. "Jess vai reformar-se da EPA daqui a 5 ou 6 meses", diz um memorando interno de setembro de 2015. "E ainda nos pode ser útil na defesa do glifosato." Depois da reforma, Jess Rowland tornou-se consultor para a indústria química. Mas os seus advogados demonstraram em tribunal que, nas suas novas funções, o especialista nunca colaborou, direta ou indiretamente, com a Monsanto, nem recebeu dinheiro da empresa.

Outra questão que está a gerar insinuações é o facto de a Agência Europeia das Substâncias Químicas ter desvalorizado um estudo feito com ratos, em 2001 (quando decretou a segurança do glifosato), com a justificação de que os animais tinham sido vítimas de uma infeção viral - acontece que a primeira menção a uma infeção viral nos ratos

COMENTÁRIOS

todo um castelo de cartas que colapsa: termina nesse dia a imagem de pesticida simpático, biodegradável, que qualquer um pode levar para casa. Aliás, isso já se vê com o caso da Califórnia, que pôs o glifosato na sua lista de químicos cancerígenos. A Monsanto, para tentar a todo o custo reverter essa decisão, pôs o estado da Califórnia em tribunal⁹. É bem provável que o mesmo aconteça na UE, se houver a temeridade de fazer frente a uma das maiores multinacionais do planeta.

O segundo parágrafo é mesmo engraçado. Os Monsanto Papers mostram abundantemente que Jess Rowland era funcionário da EPA mas trabalhava de facto para a Monsanto e seus interesses. A sua posição na EPA era de responsável sénior no departamento de pesticidas que estava a conduzir a avaliação do glifosato para determinar se causava cancro. Isto equivale a dizer que a posição final da EPA sobre o glifosato da Monsanto, ainda agora em vigor (e que é de que não causa cancro), foi definida por um infiltrado a soldo da Monsanto. É difícil sobrestimar a importância disto: são 300 milhões de pessoas expostas a um agente cancerígeno só para aumentar os lucros de uma empresa multibilionária. E claro, muitos países nem pensam em questionar o glifosato visto que o governo americano o considera seguro. Mas, contemplando tudo isto, o jornalista achou que conclusão mais adequada para o parágrafo era salientar que a Monsanto diz que não pagou nada a Jess Rowlands pelos seus serviços, como se isso o ilibasse. O Luís Ribeiro é um cómico.

O terceiro e último parágrafo tem pano para mangas. A EFSA (e não a ECHA, como refere a notícia) desclassificou um dos estudos onde se mostra o glifosato a causar cancro com o argumento de que os animais estavam com uma infeção viral. Não há nada em lado nenhum a sustentar essa alegação, e a própria ECHA refere¹⁰ que não percebe a fundamentação desse argumento (pg. 72). Em qualquer caso, a

⁹ <https://www.reuters.com/article/us-usa-pesticides-monsanto/monsanto-u-s-farm-groups-sue-california-over-glyphosate-warnings-idUSKBN1DF1LR>

¹⁰ https://www.echa.europa.eu/documents/10162/13626/clh_report_glyphosate_en.pdf

ORIGINAL**COMENTÁRIOS**

surge num estudo patrocinado pela Monsanto, nesse mesmo ano. E a própria EFSA não sai imune. Foram encontrados num relatório de avaliação (com 4300 páginas) alguns trechos copiados *ipsis verbis* de um estudo patrocinado pela empresa. Um porta-voz da agência desvalorizou a polémica: "É importante sublinhar que estes são extratos e referências de estudos publicamente disponíveis submetidos pelo requerente como parte da sua obrigação, de acordo com a legislação de pesticidas, de apresentar investigação." A EFSA diz também que este relatório de avaliação é independente do estudo que avalia o risco do glifosato (publicado na revista científica da EFSA em 2015). Ou seja, a decisão de dar o herbicida como seguro não terá dependido do relatório que inclui esses parágrafos copiados da investigação apoiada pela Monsanto.

situação é apresentada pela Visão como estando a "gerar insinuações". Insinuações? Isto é corrupção ativa e visível numa agência pública e trata-se como se fosse um caso de fofoca? Insinuar é manipular habilmente... falta pouco para dizer que quem levantou o problema é que é o culpado.

O pedido inicial da indústria para renovar a licença do glifosato não foi apresentado em Bruxelas mas sim em Berlim. A Alemanha tornou-se assim no Estado Membro Relator responsável por avaliar toda a informação científica sobre o glifosato e o BfR (instituto alemão para investigação do risco) - e não a EFSA, como refere a notícia - preparou o relatório sobre os impactos na saúde, com 4300 páginas. Acontece que as secções que avaliam os artigos científicos independentes foram copiadas (palavra a palavra) do documento da indústria sem que haja qualquer indicação clara desse copy-paste. Trata-se de plágio, puro e simples, e o próprio BfR reconhece que copiou (vide pg 1 do Renewal Assessment Report, Volume 3, Anexo B.6.1). No total são cerca de 100 páginas, num relatório que serviu de base ao parecer da EFSA. Novamente a última frase no 3º parágrafo do artigo, que sintetiza a conclusão do jornalista, mostra bem o tom apologético de todo o trabalho. Se a posição final da EFSA não dependeu do Volume 3 onde são analisados toxicologia e metabolismo, então é ainda mais grave... e leva a perguntar porque é que essa parte do relatório foi feita, uma vez que não ia ser utilizada.

Enfim, estamos perante uma cascata de enganos e desculpas esfarrapadas cujo objetivo é defletir o grosso da crítica e concluir que afinal é tudo muito normal. Os padrões na Monsanto vão ficar satisfeitos com o servicinho.

Finalmente, há suspeitas de que funcionários da multinacional escreveram, na sombra, parte de um grande estudo científico a advogar a segurança do glifosato. Segundo um email de final dos anos

No primeiro parágrafo ficamos a saber que a Monsanto queria "poupar dinheiro" e por isso pediu a cientistas externos para dar o nome a um artigo científico que não tinham escrito. Sim, é verdade

ORIGINAL

90 escrito por um executivo da empresa, este ghostwriting (expressão usada) seria uma forma de poupar dinheiro, já que a investigação contratada a investigadores de fora custaria 250 mil dólares (hoje, € 212 mil): "Uma opção seria pedir a Greim e Kier or Kirkland [cientistas externos] para porem os nomes deles no relatório, mas manteríamos os custos baixos se formos nós a escrever e eles só assinavam, por assim dizer." O estudo em causa foi publicado no ano 2000, na revista científica Regulatory Toxicology and Pharmacology. O vice-presidente da Monsanto para a estratégia global, Scott Partridge, diz que houve, e há, colaboração dos cientistas da multinacional com outros investigadores, para lhes dar acesso a dados de investigação próprios. Mas, garante, é só isso. "Não há nada secreto ou escondido. O que lamento é o uso infeliz da palavra ghostwriting. É uma forma inapropriada de referir a colaboração científica que aconteceu." A New York Medical School, universidade onde trabalha o autor principal desse estudo, já investigou o assunto e concluiu que "não há evidências" de que tenha havido ghostwriting.

O ESTRANHO CASO DO ESTUDO IGNORADO

A Monsanto está debaixo de fogo, mas não deixou de ripostar. E o alvo é a IARC. Em tribunal, os advogados da empresa questionaram Aaron Blair, o cientista que presidiu ao processo que classificou o glifosato como "provavelmente cancerígeno", levando-o a admitir ter ignorado um estudo crucial na avaliação. Quando lhe perguntaram se essa investigação mostrou que não havia relação entre o pesticida e o linfoma, Blair respondeu "correto", de acordo com a agência Reuters; à questão "a conclusão seria diferente se esses dados tivessem sido considerados?", Blair voltou a retorquir "correto".

Esse estudo é uma revisão recente do Agricultural Health Study, uma ambiciosa investigação em curso, iniciada em 1993 (com o apoio, entre outras entidades, do Instituto Nacional de Cancro, dos EUA),

COMENTÁRIOS

que assim custa menos do que pagar a esses cientistas para fazer o artigo todo. Só que ficava ainda mais barato pegar no artigo escrito pela Monsanto e publicá-lo diretamente, com os nomes dos seus reais autores, sem pagar a nenhum intermediário. Mas claro que isso não interessava - o artigo tinha as conclusões que a Monsanto queria, mas elas só se tornariam credíveis aos olhos do público e outros cientistas se tivessem sido escritas por alguém independente da Monsanto. O que diz Scott Partridge, VP da Monsanto, sobre as múltiplas colaborações da empresa com cientistas é pura mentira - claro que há info "secreta ou escondida": precisamente o facto de que os artigos foram escritos pela Monsanto sem que ninguém da Monsanto apareça como coautor. E isso não aconteceu só num artigo, como parece indicar o texto da Visão, mas em vários ao longo de vários anos. É verdade que o New York Medical College (e não o New York Medical School mencionado na Visão, que não existe) disse que não tinha encontrado evidências de ghostwriting (o jornalista escreve que "não há" evidências, o que é subtilmente diferente). O NYMC também se dispõe a apreciar, no futuro, novas evidências, no caso de elas aparecerem. Mas as evidências já estão à frente de toda a gente, e são inegáveis. Na página 7 deste documento¹¹ do tribunal um funcionário da Monsanto (Heydens) diz preto no branco num email interno que no artigo em causa os cientistas se limitaram a rever e assinar. Isso é a definição de ghostwriting: o nome do real escritor é um fantasma... não aparece mencionado em lado nenhum. Até o juiz que está com o caso nos EUA diz (ver imagem em anexo) que não percebe como é que a Monsanto pode afirmar que toda a ciência independente apoia a conclusão de que não há relação entre glifosato e cancro quando afinal foi a Monsanto a escrever esses artigos "independentes".

Vejamos agora o 2º e 3º parágrafos. Pelos vistos haveria um estudo que mostrava não haver relação entre glifosato e cancro e que o IARC não considerou. A lógica é: se o estudo tivesse sido considerado, o

¹¹ <https://usrtk.org/wp-content/uploads/2017/04/226series.pdf>

ORIGINAL

sobre o uso de pesticidas e que já leva 89 mil participantes, entre agricultores e as suas famílias. Blair é um dos autores dessa pesquisa, mas não o referiu aos colegas da IARC. Do banco das testemunhas, explicou que a investigação, pronta há dois anos, não foi tida em conta porque não havia sido ainda publicada numa revista científica, e a IARC só analisava estudos publicados. Mas a justificação por ter decidido não publicar o trabalho - era "demasiado extenso" - não convenceu vários cientistas ouvidos pela Reuters. A Monsanto acusou o cientista de ter escondido deliberadamente o estudo e acusou a IARC de "vandalismo científico", por ter ignorado dados tão relevantes. Já o diretor-executivo da autoridade europeia, a EFSA, diz que a IARC abandonou a Ciência e entrou "no domínio do lóbi".

Os problemas com a classificação da IARC não terminam aqui. O facto de ter chegado às suas conclusões em reuniões que demoraram apenas uma semana revelou-se razão suficiente para muitos investigadores duvidarem da seriedade do processo. Além disso, o único especialista externo que participou na análise "cancerígena" da IARC, Christopher J. Portier, era colaborador assalariado da Environmental Defense Fund, uma associação antipesticidas. Mas a maior falha apontada foi a escolha dos estudos, que a Monsanto diz ter sido feita a dedo, deixando de fora investigações respeitadas e favorecendo outras, menos sólidas. Incluindo um desacreditado estudo do francês Gilles-Éric Séralini, cientista e ativista contra organismos geneticamente modificados. O trabalho em causa mostrara um aumento de casos de cancro em ratos alimentados com milho geneticamente modificado e glifosato da marca RoundUp, da Monsanto. Mas muitos investigadores alertaram para a pequeníssima amostra de animais (estatisticamente, deveriam ter sido usados 65 ratos por grupo, e Séralini ficou-se pelos dez) e questionaram a

COMENTÁRIOS

IARC teria provavelmente chegado a uma conclusão diferente e já não classificava o glifosato como provável causador de cancro. Isto é o que a Reuters disse, e a Visão repetiu. Agora vejamos o outro lado da história (abundantemente detalhada nesta notícia¹²). Primeiro: o estudo não estava publicado. Se há uma regra escrita na pedra é que o IARC não considera estudos não publicados em revistas científicas livremente acessíveis. Segundo: o cientista em causa, Aaron Blair, que participou tanto nesse estudo como no painel do IARC, publicou junto com o resto da equipa do estudo a parte relativa aos inseticidas em 2014. Não dava para pôr tudo no mesmo artigo (o estudo é imenso) e a parte dos herbicidas era para publicar depois. Estas decisões foram tomadas muito antes de o IARC decidir avaliar o glifosato. Terceiro: houve outros estudos que também não estavam publicados à data da avaliação do IARC, e em que Blair também participou, e onde a relação entre glifosato e cancro era visível. E esses estudos também não foram considerados pelo IARC. Portanto o IARC deixou de fora estudos que eram a favor da Monsanto e estudos que eram contra. Mas a jornalista da Reuters (e o Luís Ribeiro da Visão) só fala dos que fazem a Monsanto parecer uma vítima. O mais irónico disto tudo é que este mês (novembro de 2017) foi divulgado um update do tal estudo que supostamente concluía a favor da Monsanto... e as notícias¹³ são de que afinal há mesmo relação entre glifosato e cancro (não com o Linfoma não Hodgkin, mas com a leucemia mielóide aguda). A Reuters/Visão dificilmente veiculará estas novidades.

No 4º parágrafo as queixas começam pela duração dos trabalhos do painel do IARC - apenas uma semana. Na verdade, de acordo com o referido no documento do IARC¹⁴ de 2015 - que o jornalista da Visão podia e devia ter consultado - os trabalhos à distância duraram quase um ano. A reunião presencial (uma única, e não "reuniões" como diz

¹² https://www.huffingtonpost.com/entry/monsanto-spin-doctors-target-cancer-scientist-in-flawed_us_594449eae4b0940f84fe2e57

¹³ <https://www.nrdc.org/experts/jennifer-sass/updated-ag-health-study-glyphosate-and-cancer>

¹⁴ <https://www.iarc.fr/en/media-centre/iarcnews/pdf/MonographVolume112.pdf>

ORIGINAL**COMENTÁRIOS**

espécie usada, que é particularmente propensa a contrair cancro com a idade. O teste chegou a ser publicado, mas foi depois retirado pela própria revista científica, com o argumento de que os dados eram duvidosos.

Luís Ribeiro) de 8 dias foi o culminar desse trabalho: foi a parte mais visível, e a mais curta, mas não a única. E depois o enviesamento pessoal de Ribeiro volta a esconder-se (qual gato com cauda de fora) atrás de menções vagas de "muitos investigadores" críticos do processo. Este anonimato dá para tudo, claro. Na verdade o enviesamento manifesta-se sobretudo na omissão: também houve muitos cientistas a apoiar o IARC, mas isso não encaixa na narrativa e não é referido.

A queixa seguinte é relativa a um dos membros do painel, o Dr Christopher Portier, por estar ligado a um grupo ambientalista. Pelos vistos os estudos da Monsanto, que tem um óbvio conflito de interesses de milhões de dólares, não têm problema algum e podem continuar a servir de base às decisões dos governos europeus e americano. Mas trabalhar em part-time com uma organização ambientalista já inquina completamente a posição científica. Vejamos então quem é este Christopher Portier¹⁵. Ele já está reformado, mas durante 32 anos foi funcionário do National Institute of Environmental Health Sciences do governo federal americano, onde chegou em diferentes momentos a diretor associado, diretor do programa de toxicologia ambiental, e diretor associado do programa nacional de toxicologia. Segundo o site das academias americanas¹⁶ Portier é "an internationally recognized expert in the design, analysis, and interpretation of environmental health data" com dezenas de publicações e muitas outras provas dadas. Mas o resto da história é ainda mais revelador: o IARC, para evitar qualquer perceção de conflito de interesses, pôs o Portier como especialista convidado, e não como membro de pleno direito do painel. Isso significa que o Portier ajudou os membro do painel mas não contribuiu¹⁷ para o

¹⁵ https://www.huffingtonpost.com/carey-gillam/upcoming-epa-meetings-on_b_12245584.html

¹⁶ http://nationalacademies.org/hmd/activities/environment/environmentalhealthrt/memberprofiles/portier.aspx?_ga=2.261257421.1593618264.1511181913-61546936.1511181913

¹⁷ https://corporateeurope.org/food-and-agriculture/2017/10/setting-record-straight-false-accusations-dr-c-portier-work-glyphosate#footnote2_bzfwge4

ORIGINAL**COMENTÁRIOS**

parecer final. Isto é ou não muito diferente da história que transparece do texto de Luís Ribeiro?

Finalmente, a questão dos estudos considerados, ou não, pelo IARC. Porque é que o jornalista começa por recorrer à opinião da Monsanto? Acaso se pode ser juiz honesto em causa própria? Luís Ribeiro parece pensar que sim. Mas o máximo que a rejeição da Monsanto indica é que o IARC soube chegar ao fundo da questão e mostrar os pontos fracos do produto mais vendido pela empresa. É de admirar que a Monsanto não goste? Na verdade é motivo de orgulho o trabalho resultar na contestação dos visados, habituados até aí a viver confortavelmente à sombra de instituições oficiais que se deixaram corromper. E já agora vamos ao detalhe de quais estudos foram ou não usados. Como é que o IARC decide para cada estudo? É muito simples: seguindo as regras¹⁸. Entre outras os estudos têm de estar publicados e livremente acessíveis e têm de conter informação suficiente para avaliar se as conclusões são mesmo válidas. Bom senso, portanto! Terá o IARC cumprido essas regras no caso do glifosato? Deixemos a Monsanto¹⁹ responder: "A reunião desenrolou-se em conformidade com os procedimentos do IARC. O Dr Kurt Straif, o diretor das monografias, tem um conhecimento íntimo das regras em vigor e insistiu para que fossem respeitadas."

E o estudo do Séralini, estará mesmo desacreditado? O jornalista faz o possível para nos convencer disso, incluindo omitir a verdade inconveniente. Começa por dar a entender que Séralini, sendo ativista além de cientista, não será independente na avaliação do glifosato (esquece-se é de mostrar as provas, como se proteger o ambiente criasse conflito de interesses). Depois, mais uma vez, recorre ao anonimato ("muitos investigadores") para criticar o trabalho com base em diversas alegações. O que o Ribeiro não percebe é que: o

¹⁸ <http://monographs.iarc.fr/ENG/Preamble/index.php>

¹⁹ http://www.lemonde.fr/planete/article/2017/10/18/glyphosate-monsanto-tente-une-derniere-man-uvre-pour-sauver-le-roundup_5202606_3244.html

ORIGINAL	COMENTÁRIOS
	<p>trabalho de Séralini não era um estudo de oncogenicidade e apenas de toxicologia; a espécie de animais usada foi a mesma que a Monsanto usou; havia diferenças gritantes entre o grupo de teste e o grupo de controle (o que evita que a propensão para os tumores influencie os resultados). E claro, o artigo foi de facto retirado da revista, mas por uma razão muito diferente²⁰ (e ao arrepio dos padrões internacionais COPE). De qualquer forma atualmente o artigo está publicado (noutra revista) e portanto faz parte do corpo coletivo de conhecimento científico objetivo que pode e deve ser analisado (pelo IARC e todos os outros). Pena é que Luís Ribeiro passe a noção de que o IARC esteve a considerar um estudo fantasma. Ninguém diga que ele não tem imaginação.</p>
<p>Com a ciência inquinada por acusações de manipulação de ambos os lados, a renovação da licença do glifosato na UE por mais dez anos não podia vir em pior altura. Mas, até ao fim do ano, terá mesmo de haver uma decisão. Já deveria ter sido tomada no início de 2016 - na altura, o impasse nas negociações (a França liderou a oposição ao herbicida) prorrogou o prazo para dezembro de 2017. Não é certo o desfecho. Com tantas contrainformações, seria natural que se aplicasse o princípio da precaução, não fossem os custos tão elevados: não há uma alternativa economicamente viável ao glifosato.</p> <p>Portugal, onde 12 autarquias já não usam o pesticida nos seus espaços verdes, não tem uma posição clara (na votação do ano passado, absteve-se). Questionado pela VISÃO, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural diz que "está a analisar as mais recentes informações" e que "decidirá o seu sentido de voto em função desta análise". Resta saber se as mais "recentes informações" ajudam ou dificultam a decisão.</p>	<p>Quando Luís Ribeiro fala em acusações de ambos os lados só pode estar a referir-se a estes: Monsanto e seus acólitos de um lado, cientistas independentes e esmagadora maioria da população do outro. Mas quem é que acredita que a Monsanto diz a verdade ao falar dos seus produtos, nesta altura do campeonato?</p> <p>Houve dois momentos definidores na história recente do glifosato: a confirmação pelo IARC de que causa cancro em animais de laboratório, e a publicação dos Monsanto Papers que mostram como a empresa tornou a ciência e alguns cientistas e governnantes num brinquedo dos seus interesses. Se há aqui uma história tortuosa e escondida de manipulação ao longo de décadas é a da Monsanto fixada num único objetivo: maximizar o seu lucro à custa de tudo e de todos. Vai de certeza dar um ótimo filme de Hollywood. Agora, porque é que o texto afirma que a decisão europeia do glifosato vem "na pior altura"? É simples: é a pior altura para a Monsanto. É quando o seu nome inspira menos credibilidade. E nunca a ciência fugiu tanto ao seu controle. E mais governos sentem a pressão pública. Qual é a</p>

²⁰ <https://www.gmoseralini.org/journal-retraction-of-seralini-study-is-illicit-unscientific-and-unethical/>

ORIGINAL**COMENTÁRIOS**

O imbróglio de Macron

O Presidente francês prometeu votar contra a renovação por dez anos do glifosato, piscando o olho aos ambientalistas. Mas os agricultores entraram em pânico: estimam-se perdas de quase mil milhões de euros

O anúncio caiu como uma bomba: a 22 de setembro, duas semanas antes das reuniões de especialistas europeus sobre o futuro do glifosato na UE, França avisou que ia votar contra o prolongamento da licença do pesticida por mais dez anos.

A decisão é estranha, atendendo a que dois em cada três agricultores gauleses aplicam glifosato, e que as perdas para a agricultura se calculam em 1976 milhões por ano. Emmanuel Macron enfrenta, assim, um dos mais poderosos setores de França.

Por outro lado, ganha o apoio da esquerda ambientalista, liderada pelo seu ministro da Transição Ecológica e Solidária, o popular ativista Nicolas Hulot, que valerá cerca de 15% do eleitorado.

DEZ, NÃO. MAS SETE...

Não parece haver solução que agrade a ambas as partes - agricultores e ambientalistas estão em polos opostos. A declaração taxativa do governo francês parece ceder às exigências dos "verdes", mas, em política, há que ler nas entrelinhas. A decisão é de votar contra o prolongamento por dez anos. E se alguém puser em cima da mesa uma renovação mais curta, ou um período de adaptação?

Aparentemente, é assim que Macron pensa salvar a face. Após uma grande manifestação de agricultores contra a anunciada posição gaulesa, o ministro da Agricultura, admitiu que o governo apoiaria um

derradeira solução? Argumentar que não há alternativas ao glifosato (faça bem ou faça mal... não podemos passar sem ele). É isso mesmo que afirma o jornalista, sem se dar ao trabalho de justificar. Atenção que dizer que passar sem glifosato vai criar um período de desconforto e despesa é razoável. No caso do amianto também houve (e vai continuar a haver) uma grossa fatura²¹ pelas más autorizações do passado. Mas mau era se isso nos inibisse de tomar as decisões certas no presente.

No que toca à França, e ao contrário da peça, não há nada de estranho na posição do governo de Macron. A França também tem liderado o questionamento dos OGM, defende a taxa Tobin, discute ativamente o decréscimo... Está anos luz à nossa frente, e o que propõem não é o corte cego do herbicida mas sim um período de transição com linhas de apoio financeiro e limitações progressivas ao uso para encaminhar comportamentos. Pode especular-se que o que o governo Macron mais tem a ganhar é a simpatia política da classe média que luta diariamente com doenças degenerativas não genéticas e não tem visto os políticos fazer frente aos grandes poluidores.

O confronto, segundo a Visão, é entre agricultores e ambientalistas. Mas isso é um mito fácil de desmontar. Os agricultores não fazem questão se usam um químico ou outro, ou mesmo nenhum. Desde que tenham preços justos para a produção e consigam manter as suas explorações agrícolas viáveis, os agricultores sempre se adaptaram às prioridades sociais, aos subsídios agrícolas, às novas tendências e tecnologias, etc. O glifosato não é o primeiro nem o último pesticida que chega ao fim da sua vida comercial - e não deixámos de comer por isso. Agora, o que os agricultores não aguentam é ser esmagados pelo poder de outros setores, como os hipermercados, e pelas importações que não são obrigadas a cumprir as mesmas regras do jogo. Açam

²¹ http://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/milhoes_para_tirar_amianto_das_escolas

ORIGINAL

prolongamento de cinco a sete anos. Mas o ideal para o Presidente seria que o voto francês não fosse decisivo. Dessa forma, até poderia votar contra qualquer proposta, mantendo a promessa, mas sem consequências práticas que afetassem os agricultores.

Este debate acontece num momento em que os grupos antiglifosato ganham um novo aliado: os pais de Théo Grataloup, um rapaz de dez anos com graves problemas de saúde, são os primeiros, em França, a processar a Monsanto, acusando um derivado do RoundUp de ter provocado as doenças do filho.

COMENTÁRIOS

que algum agricultor se ia importar de não usar glifosato se ao fim do ano tivesse mais dinheiro no banco? Não é o glifosato que conta, de facto, mas sim a repartição dos custos durante a transição para o futuro sem esse herbicida. O confronto, portanto, é entre a sociedade que paga a conta da poluição e as empresas que lucram com essa poluição. Não nos deixemos distrair do ponto fulcral!

Para finalizar numa nota cordial devo dizer que concordo com Luís Ribeiro em dois aspetos. Primeiro, que o destino imediato do glifosato ainda é incerto (a médio prazo está condenado...). E segundo, que a ação judicial do casal francês que teve um filho com defeitos de nascimento depois de mãe, durante a gravidez, ter andado a aplicar glifosato, pode ser a primeira peça a tombar num longo dominó que vai fazer tremer muito mais do que um simples herbicida. O que talvez nunca mude é a esta capacidade estranha que o dinheiro tem de corromper consciências e silenciar valores éticos.

Comentários por:
Margarida Silva, Ph.D.
Bióloga
21 de novembro de 2017